

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.367 - CE (2019/0238459-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : CALÇADOS ANÍGER NORDESTE LTDA
ADVOGADOS : WALTER HUBMANN E OUTRO(S) - CE028409
YÁSKARA GIRÃO DOS SANTOS ARAÚJO - CE030993
RANA EMI PIMENTA FARIAS - CE028995
NOELLE COSTA VIDAL - CE027516

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **Fazenda Nacional** com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 11.563/11.566):

TRIBUTÁRIO. IPI. CRÉDITO PRESUMIDO. EMPRESA EXPORTADORA. RESSARCIMENTO DO PIS E DA COFINS INCIDENTES NAS AQUISIÇÕES DE MATÉRIAS PRIMAS, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATERIAIS DE EMBALAGENS APLICADOS NOS PRODUTOS EXPORTADOS. PERÍCIA JUDICIAL. PRESUNÇÃO VERACIDADE.

I. Trata-se de apelação de sentença que julgou procedente o pedido da inicial, para declarar a nulidade das decisões administrativas proferidas nos autos dos processos administrativos de pedidos de ressarcimento n.ºs 13310.0000018/2001-49, 13310.000023/2002-32 e 13310.000042/2002-69, bem como para condenar a União a deferir os créditos presumidos de IPI solicitados pela autora, nos aludidos processos administrativos, para ressarcimento do PIS e da COFINS incidentes nas aquisições de matérias primas, produtos intermediários e material de embalagens, aplicados nos produtos exportados, cujos valores deverão ser corrigidos pela taxa Selic. Fixou honorários advocatícios em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

II. Sustenta a recorrente que é exigível legalmente que todas as operações do contribuinte possam ser identificadas e comprovadas pelos documentos fiscais previstos na legislação, desde a aquisição de mercadorias, passando pela utilização dessas mercadorias como insumos no processo industrial até o resultado da operação, o produto final e sua saída do estabelecimento comercial. Diz que foram concedidas várias prorrogações de prazos para que a contribuinte apresentasse a documentação necessária, no período total de seis meses, mas diante do que lhe foi apresentado, a fiscalização constatou que a

Superior Tribunal de Justiça

produção da Cooperativa de Calçados Quixeramobim Ltda - COCALQUI, apresentada pela autora como o estabelecimento industrial que realizou a industrialização por encomenda, não saía acompanhada da respectiva nota fiscal, ou seja, não foram apresentadas notas fiscais de saída de produto industrial emitida pelo industrializador do produto por encomenda. Argumenta que o laudo pericial em momento algum faz referência a documentos fiscais que comprovassem o processo de industrialização por encomenda e que o perito levou em consideração apenas as fichas técnicas, próprias e internas da autora, sem valor fiscal. Ainda afirma a recorrente, que a recorrida apresentou "sistema de custo coordenado e integrado à escrituração comercial através de software específico" que não foi apresentado à fiscalização, o que entende que afasta qualquer nulidade do ato administrativo que não reconheceu o suposto direito creditório da autora/recorrida, haja vista que teria sido a própria interessada que sonegou informações necessárias ao deslinde satisfatório da questão administrativa.

III. De acordo com o disposto na Lei nº 9.363/96, o benefício fiscal denominado crédito presumido de IPI, como ressarcimento do PIS e da COFINS, concerne ao crédito oriundo da aquisição de mercadorias que são integradas no processo de produção de produto final destinado à exportação. Trata-se de benefício fiscal que objetiva desonerar as exportações, compensando os ônus referentes ao PIS e à COFINS que encareceriam o produto nacional.

IV. Esta egrégia Segunda Turma já entendeu que: "A Lei nº 9.363/96, ao dispor que a empresa produtora e exportadora de mercadorias nacionais fara jus a crédito presumido do IPI, como ressarcimento do PIS e COFINS incidentes sobre as respectivas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo, teve por objetivo desonerar as exportações dessas exações ao longo de toda a cadeia produtiva" (Segunda Turma, APELREEX 32399/RN, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, unânime, DJE: 22/07/2016). V. No caso, não ha controvérsia quanto à aplicabilidade da Lei nº 9.363/1996, mas o que se questiona é a existência ou não de créditos de IPI, para fins de ressarcimento de PIS e COFINS referente a aquisições, no mercado interno, de matérias primas, produtos intermediários e materiais de embalagem utilizados pela autora, na fabricação dos produtos, referentes aos períodos de quarto trimestre de 2000, quarto trimestre de 2001 e segundo trimestre de 2002. A divergência se encontra na escrituração que foi utilizada pela recorrida (ANIGER - Calçados, Suprimentos e Empreendimentos Ltda, sucessora de Calçados ANIGER NORDESTE LTDA), entendendo a recorrente que não teria sido comprovado a utilização dos insumos na produção dos

Superior Tribunal de Justiça

produtos por ela exportados. Segundo a recorrente a forma de escrituração contábil utilizada pela empresa não se enquadra entre os documentos fiscais comprobatórios previstos na legislação que rege a matéria e a relação comercial entre a apelada e a empresa produtora COCALQUI (empresa que realizou a industrialização por encomenda) teria levado a uma confusão entre ambas gerando uma contabilidade distorcida dos insumos a serem considerados para os pedidos de ressarcimento.

VI. Para melhor dirimir a questão, o Juiz monocratico determinou a realização de perícia judicial, a qual constatou que a forma de escrituração da apelada atendeu a todos os requisitos para a comprovação do direito ao benefício fiscal requerido. No laudo pericial restou concluído que: "O exame da farta documentação legal-fiscal e tributaria acostada aso autos, no que respeita à sua idoneidade e ao tratamento técnico contábil utilizado pela empresa calçados Aniger Nordeste Ltda, isto é, sistema de custo coordenado e integrado à escrituração comercial através de software específico, da a este Perito a certeza de que a mesma cumpre todas as formalidades exigidas para merecer o **BENEFÍCIO FISCAL TRIBUTÁRIO** que pretende ter restaurado nesta ação, ou seja, comprovou a legitimidade do crédito tributario nas compras de insumos, a utilização dos insumos no processo produtivo e a exportação dos produtos para o mercado estrangeiro, mediante a aplicação da fórmula: $CP = A \times (RE/RT) \times 5,37/100$ Onde: CP = Crédito Presumido; A = Aquisições de materiais no Mercado Interno; RE = Receita de Exportação; RT = Receita Total".

VII. A conclusão da perícia foi no sentido de que a empresa atendeu a todas as determinações legais para fazer jus ao crédito requerido, sendo comprovada a efetividade e adequação da escrituração contábil utilizada pela recorrida, respaldada em documentação idônea, nos termos da legislação e princípios contábeis. A perícia, em resposta aos quesitos das partes, informou que: "Tendo em vista que os documentos comprobatórios utilizados para acobertar os registros contábeis das aquisições de matérias primas, material de embalagem e outros insumos destinados à fabricação dos calçados são hábeis e idôneos e que os registros (lançamentos) obedece à técnica de contabilização, pode-se se afirmar que são praticados os princípios contábeis geralmente aceitos (...) a fidelidade dos registros contábeis e fiscais (lançamentos nos livros obrigatórios e auxiliares) baseia-se na idoneidade dos documentos comprobatórios que lhes dão suporte. Os relatórios contábeis (balanços, balancetes e demais demonstrações) expressam em moedas situações econômico-financeira e patrimonial das entidades em determinado momento".

VIII. Ante a resposta da perícia judicial, ha de se entender que

os materiais de embalagem e materiais intermediários adquiridos e remetidos para industrialização foram aplicados na produção de calçados.

IX. Não prospera a alegação de que a relação comercial/industrial "intima" entre a apelada e a empresa produtora COCALQUI teria levado a uma confusão entre ambas gerando uma contabilidade distorcida dos insumos a serem considerados para os pedidos de ressarcimento, pois restou demonstrada a efetiva contabilização dos insumos por meio do sistema de custo coordenado e integralizado à escrituração comercial da recorrida, conforme certificou o perito.

X. Não prevalece a afirmação de que o laudo pericial não deve ser considerado por não fazer referência a documentos fiscais que comprovem o processo de industrialização. Ora, o laudo foi claro ao explicitar que a documentação apresentada foi suficiente, para o reconhecimento do direito da empresa ao benefício fiscal e que foi respeitada a legislação pertinente.

XI. Sendo auxiliar do juízo, e, por isso, equidistante do interesse privado das partes, as percepções do perito judicial merecem fé, salvo prova abundante em sentido contrário. No caso, a informação prestada pelo perito técnico possui presunção de veracidade.

XII. Apesar de a lei dispor acerca da não obrigatoriedade de o juiz ficar adstrito ao laudo pericial para formação de sua convicção, da mesma forma também não o impede de se ater ao mesmo laudo; facultando-lhe a escolha dos elementos comprobatórios para firmar sua convicção que pode buscar no laudo e/ou nas demais provas dos autos, à luz dos mandamentos legais ensejadores do direito posto em lide.

XIII. O fato de apresentação ou não pela empresa recorrida de informações no processo administrativo, não desconstitui o direito ao benefício fiscal ora pleiteado, quando, mesmo que em ação judicial, comprove devidamente a utilização dos insumos na produção dos produtos exportados. Assim, não ha como acolher o pedido recursal no sentido de manter íntegro o ato administrativo que não reconheceu o direito creditório da autora/recorrida.

XIV. No que diz respeito à verba honoraria, esta Segunda Turma já pontua entendimento majoritário no sentido de prestigiar o princípio da vedação da surpresa, segundo o qual não podem as partes ser submetidas a um novo regime processual financeiramente oneroso, ao meio de uma lide que ainda se desenvolve. E nessa linha, ha que ser aplicada a disciplina do CPC de 1973, que não proibia a fixação de honorários em quantia certa e também não previa honorários advocatícios recursais. Ressalvado o ponto de vista do Relator que entende ser cabível a fixação dos honorários advocatícios

Superior Tribunal de Justiça

recursais, se a sentença foi prolatada na vigência do CPC/2015, nos termos do REsp nº 1.636.124/AL, de Relatoria do Ministro Herman Benjamin, julg. em 06/12/2016, DJe 27.04.2017.

XV. Tendo em vista que a presente ação foi ajuizada na vigência do CPC/1973, em 2010, devem ser aplicadas as normas ali previstas. Levando-se em consideração os critérios dispostos nos §§ 3º e 4º, do art. 20 daquele Código de Processo Civil, entende-se que a verba honoraria deve ser reduzida para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando que o valor da causa foi de R\$ 1.305.638,82 (um milhão, trezentos e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos).

XVI. Apelação parcialmente provida, apenas para reduzir o valor dos honorários advocatícios.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 11.591/11.602).

Na razões do recurso especial, a parte recorrente aponta ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, e à Lei nº 9.363/96. Sustenta, em síntese, que: (I) apesar da oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem manteve-se omissa quanto a questões relevantes ao deslinde da controvérsia, a saber, acerca da ausência de documentos comprobatórios, na hipótese dos autos, que possibilitem o ressarcimento dos créditos presumidos de IPI; e (II) o ressarcimento dos créditos presumidos de IPI é impossível na hipótese dos autos, ante a inexistência de prova idônea apta a comprovar a utilização dos insumos na produção, sendo certo que "*o v. acórdão acatou pretensão da ora recorrida, todavia, sem ela estar respaldada com documentação fiscal e contábil para o requerimento do ressarcimento, pois não, obedecia a legislação estabelecida para tanto. Em razão disso, usou de fichas técnicas e perguntas dirigidas a elas para o perito com a finalidade de obter esse respaldo documental. Porém, como visto pela fundamentação supra, não há lastro jurídico para assegurar a idoneidade desses documentos.*" (fl.11.617).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, a respeito da questão tida por omissa, a saber, acerca da ausência de documentos comprobatórios, na hipótese dos autos, que possibilitem o ressarcimento dos créditos presumidos de IPI, assim se manifestou a Corte de origem, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração opostos pela ora agravante (fl. 160):

Não há que se falar em omissão no acórdão quanto aos dispositivos legais que versam sobre a necessidade de documentos comprobatórios idôneos para a realização do ressarcimento do PIS e da COFINS. Também não prospera a alegação de que não observou o acórdão que a perícia não analisou os documentos necessários para o deslinde da questão. O acórdão foi claro ao fundamentar que:

A divergência se encontra na escrituração que foi utilizada pela recorrida (ANIGER – Calçados, Suprimentos e Empreendimentos Ltda, sucessora de Calçados ANIGER NORDESTE LTDA), entendendo a recorrente que não teria sido comprovado a utilização dos insumos na produção dos produtos por ela exportados. Segundo a recorrente a forma de escrituração contábil utilizada pela empresa não se enquadra entre os documentos fiscais comprobatórios previstos na legislação que rege a matéria e a relação comercial entre a apelada e a empresa produtora COCALQUI teria levado a uma confusão entre ambas gerando uma contabilidade distorcida dos insumos a serem considerados para os pedidos de ressarcimento.

Acontece que, para melhor dirimir a questão, o Juiz monocrático determinou a realização de perícia judicial, a qual constatou que a forma de escrituração da apelada atendeu a todos os requisitos para a comprovação do direito ao benefício fiscal requerido.

No laudo pericial restou concluído que (fls. 11.306):

O exame da farta documentação legal-fiscal e tributária acostada aso autos, no que respeita à sua idoneidade e ao tratamento técnico contábil utilizado pela empresa calçados Aniger Nordeste Ltda, isto é, sistema de custo coordenado e integrado à escrituração comercial através de software específico, dá a este Perito a certeza de que a mesma cumpre todas as formalidades exigidas para merecer o BENEFÍCIO FISCAL TRIBUTÁRIO que pretende ter restaurado nesta ação, ou seja, comprovou a legitimidade do crédito tributário nas compras de insumos, a utilização dos insumos no processo produtivo e a exportação dos produtos para o mercado estrangeiro, mediante a aplicação da fórmula:

(OMISSIS)

A conclusão da perícia foi no sentido de que a empresa

Superior Tribunal de Justiça

atendeu a todas as determinações legais para fazer jus ao crédito requerido, sendo comprovada a efetividade e adequação da escrituração contábil utilizada pela recorrida, respaldada em documentação idônea, nos termos da legislação e princípios contábeis.

A perícia, em resposta aos quesitos das partes, informou que (fls. 11.295/11.305):

1. As matérias primas, materiais de embalagem e outros insumos de fabricação utilizados pela Calçados Aniger Nordeste Ltda. na fabricação dos seus produtos finais, foram adquiridas através de documentação hábil e idônea?

Resposta: A documentação acostada aos autos e compulsada individualmente por este Perito, relativa às aquisições de matérias primas, materiais de embalagem e outros insumos de fabricação dos produtos da Calçados Aniger Nordeste Ltda., isto é, notas fiscais dos fornecedores, com o carimbo de conferência com as vias originais, são documentos hábeis e idôneos.

2. Os documentos fiscais relativos às aquisições acima mencionadas estão devidamente escriturados nos livros fiscais e contábeis da empresa?

Resposta: Sim. A planilha 1, produzida por este Perito, anexa a este laudo, contém a comprovação de que as notas fiscais de aquisições de matérias primas, material de embalagem e outros insumos da produção foram devidamente escrituradas no Livro de Registro de Entradas de Mercadorias, exigido pela legislação fiscal estadual, como também no Livro Razão da empresa.

(OMISSIS)

Também esclareceu o perito que “Tendo em vista que os documentos comprobatórios utilizados para acobertar os registros contábeis das aquisições de matérias primas, material de embalagem e outros insumos destinados à fabricação dos calçados são hábeis e idôneos e que os registros (lançamentos) obedece à técnica de contabilização, pode-se se afirmar que são praticados os princípios contábeis geralmente aceitos (...) a fidelidade dos registros contábeis e fiscais (lançamentos nos livros obrigatórios e auxiliares) baseia-se na idoneidade dos documentos comprobatórios que lhes dão suporte. Os relatórios contábeis (balanços, balancetes e demais demonstrações) expressam em moedas situações econômico-financeira e patrimonial das entidades em determinado momento”.

Ante a resposta da perícia judicial, há de se entender que os materiais de embalagem e materiais intermediários adquiridos e remetidos para industrialização foram

Superior Tribunal de Justiça

aplicados na produção de calçados.

Não prospera a alegação de que a relação comercial/industrial “intima” entre a apelada e a empresa produtora COCALQUI teria levado a uma confusão entre ambas gerando uma contabilidade distorcida dos insumos a serem considerados para os pedidos de ressarcimento, pois restou demonstrada a efetiva contabilização dos insumos por meio do sistema de custo coordenado e integralizado à escrituração comercial da recorrida, conforme certificou o perito.

Ainda não prevalece a afirmação de que o laudo pericial não deve ser considerado por não fazer referência a documentos fiscais que comprovem o processo de industrialização. Ora, o laudo foi claro ao explicitar que a documentação apresentada foi suficiente e clara para o reconhecimento do direito da empresa ao benefício fiscal e que foi respeitada a legislação pertinente.

Sendo auxiliar do juízo, e, por isso, equidistante do interesse privado das partes, as percepções do perito judicial merecem fé, salvo prova abundante em sentido contrário. No caso, a informação prestada pelo perito técnico possui presunção de veracidade.

Apesar de a lei dispor acerca da não obrigatoriedade de o juiz ficar adstrito ao laudo pericial para formação de sua convicção, da mesma forma também não o impede de se ater ao mesmo laudo; facultando-lhe a escolha dos elementos comprobatórios para firmar sua convicção que pode buscar no laudo e/ou nas demais provas dos autos, à luz dos mandamentos

legais ensejadores do direito posto em lide.

O fato de apresentação ou não pela empresa recorrida de informações no processo administrativo, não desconstitui o direito ao benefício fiscal ora pleiteado, quando, mesmo que em ação judicial, comprove devidamente a utilização dos insumos na produção dos produtos exportados. Assim, não há como acolher o pedido recursal no sentido de manter íntegro o ato administrativo que não reconheceu o direito creditório da autora/recorrida.

O acórdão se manifestou acerca da hipótese do caso concreto, não existindo omissões a justificar a oposição dos presentes embargos de declaração, seja pela fundamentação legal, ou pela consistência da prova pericial que levou em consideração a documentação legal-fiscal e tributária acostada aos autos.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos

Superior Tribunal de Justiça

autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (**REsp 763.983/RJ**, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 28/11/05).

Dessarte, observa-se pela fundamentação do acórdão recorrido (fls. 11.554/11.567), integrada em sede de embargos declaratórios (fls.11.591/11.602), que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Afasta-se, assim, a alegada omissão ou negativa de prestação jurisdicional tão somente pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Frise-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que, para o julgador, se.....não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

A propósito, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. SEGURO, VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SÚMULA Nº 211/STJ. AUSÊNCIA DE COBERTURA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil, nem importa negativa de prestação jurisdicional, o acórdão que adotou, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelos recorrentes, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

2. A tese recursal vinculada aos artigos do código consumerista, apontados como violados, não foi analisada pelo Tribunal local, sequer de modo implícito, atraindo ao caso, portanto, o óbice da Súmula nº 211/STJ.

3. Não há impropriedade em afirmar a falta de prequestionamento e afastar a indicação de afronta ao artigo 535 do CPC, haja vista que o julgado pode estar devidamente fundamentado, sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos suscitados pelo recorrente, pois, como consabido, não está o julgador a tal obrigado. Precedentes.

4. Ao contrário do ora sustentado, a pretensão recursal quanto ao reconhecimento da cobertura do seguro esbarra,

Superior Tribunal de Justiça

invariavelmente, no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1386843/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 24/02/2014)

PROCESSUAL CIVIL - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EXECUÇÃO DO CONTRATO - SUCESSÃO DE EMPRESAS - OMISSÃO NÃO VERIFICADA - ART. 515 DO CPC - FALTA DE

PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ.

1. A teor da Súmula 211

/STJ, é inadmissível recurso especial para exame de matéria que não foi objeto de prequestionamento.

2. Em nosso sistema processual, o juiz não está adstrito aos fundamentos legais apontados pelas partes. Exige-se, apenas, que a decisão seja fundamentada. Aplica o magistrado ao caso concreto a legislação por ele considerada pertinente.

3. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC, quando a omissão alegada nos embargos de declaração é sobre questão desinfluyente para a solução do litígio.

4. Recurso especial da primeira recorrente não conhecido e improvido o recurso da segunda recorrente.

(REsp 804921/AL, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2007, DJ 28/05/2007)

No mais, verifica-se que o apelo raro não comporta trânsito. Com efeito, embora a parte recorrente tenha indicado violação à Lei nº 9.363/96, não apontou, com precisão, qual regramento legal teria sido efetivamente violado pelo acórdão recorrido. Assim, nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal, a indicação de violação genérica a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284/STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*). Acerca do tema, os seguintes julgados ganham relevo: **AgRg no Ag 1.325.843/PR**, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 21/11/2011; **REsp 865.843/RS**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 7/11/2006.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial para, na parte conhecida, negar-lhe provimento.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator

